

Há mestrados a custar milhares de euros

Ordens e mercado obrigam licenciados a complementar cursos pós-Bolonha. Propinas chegam aos €9 mil

Há universidades públicas que estão a cobrar propinas de mestrado muito mais altas que as de licenciatura, mesmo em casos em que este 2º ciclo de estudos é condição obrigatória para a inscrição em algumas ordens profissionais. Em Economia e Gestão, por exemplo — e sem contar com as formações de MBA acreditadas internacionalmente —, os valores dos mestrados oscilam entre os €2500 e os €5000, assume Adriano Pimpão, ex-reitor da Universidade do Algarve e membro da direção da Ordem dos Economistas. No ISCTE, em Lisboa, há mestrados na área de Psicologia que atingem os €5000, mais do dobro da propina em vigor para a licenciatura.

A situação, porém, não é generalizada e são várias as universidades (como Aveiro, Porto ou Lisboa) que tendem a fixar valores semelhantes para as licenciaturas de três anos e para os mestrados de continuidade que acabam por ser indispensáveis para conseguir um emprego na área. Na verdade, é essa a regra estabelecida na lei que, em 2004, na sequência do Processo de Bolonha, alterou os graus de ensino superior. Com a criação de um espaço europeu de ensino superior, a duração das licenciaturas foi reduzida de 4/5 anos para 3/4, entendendo-se que essa formação já daria determinadas competências para o mercado de trabalho, exceção feita à Medicina ou Arquitetura, em que o Estado manteve a formação mínima de 5/6 anos (mestros integrados). Esse 1º ciclo de ensino é sobretudo financiado pelo Estado.

Na prática, a situação não é assim tão simples. Em muitos dos cursos que encurtaram a duração com Bolonha, as próprias ordens profissionais ou o mercado de trabalho passaram a exigir requisitos mais apertados — leia-se mestrado. A Ordem dos Advogados, por exemplo, não aceitou a redução da licenciatura de cinco para quatro anos e passou a exigir um exame de acesso aos licenciados de Bolonha, aparentemente muito complicado para os alunos, que têm chumbado de forma maciça. Mas quem fizer o mestrado em Direito (na Clássica de Lisboa custa €3200 por dois anos) está dispensado.

Há mestrados que não são mais do que os anos finais das licenciaturas pré-Bolonha, diz o Bloco de Esquerda

Na prática, a situação não é assim tão simples. Em muitos dos cursos que encurtaram a duração com Bolonha, as próprias ordens profissionais ou o mercado de trabalho passaram a exigir requisitos mais apertados — leia-se mestrado. A Ordem dos Advogados, por exemplo, não aceitou a redução da licenciatura de cinco para quatro anos e passou a exigir um exame de acesso aos licenciados de Bolonha, aparentemente muito complicado para os alunos, que têm chumbado de forma maciça. Mas quem fizer o mestrado em Direito (na Clássica de Lisboa custa €3200 por dois anos) está dispensado.

Na prática, a situação não é assim tão simples. Em muitos dos cursos que encurtaram a duração com Bolonha, as próprias ordens profissionais ou o mercado de trabalho passaram a exigir requisitos mais apertados — leia-se mestrado. A Ordem dos Advogados, por exemplo, não aceitou a redução da licenciatura de cinco para quatro anos e passou a exigir um exame de acesso aos licenciados de Bolonha, aparentemente muito complicado para os alunos, que têm chumbado de forma maciça. Mas quem fizer o mestrado em Direito (na Clássica de Lisboa custa €3200 por dois anos) está dispensado.

Valores "descontrolados"

Na Ordem dos Engenheiros só entram mestros e a nova Ordem dos Psicólogos também está a exigir que os candidatos completem dois ciclos de estudo. "Nem o Estado como empregador aceita um psicólogo com três anos de curso. No entanto, as instituições podem cobrar as propinas que entenderem num mestrado nesta área", aponta o deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro, garantindo que já "há casos de evidente descontrolo do valor das propinas cobradas". Mesmo naqueles que "correspondem apenas aos anos finais das licenciaturas pré-Bolonha". Ou seja, os estudantes passaram a ter de

pagar mais por algo que antes estava incluído na formação inicial. E mesmo que não haja nenhum requisito que o obrigue, a verdade é que se quiserem competir em pé de igualdade com um licenciado pré-Bolonha terão mesmo de fazer mais dois anos de estado, acrescenta.

Num requerimento enviado há um mês ao Ministério do Ensino Superior, ainda à espera de resposta, o deputado pergunta ao ministro se tem conhecimento de que, no ISCTE por exemplo, haja "28 cursos de mestrado com propinas superiores a €9000". E se "está disponível para, num contexto de crise e em que Bolonha encurtou as formações, impedir que as propinas do 2º ciclo não possam ser superiores às do 1º ciclo". Até porque, com o aumento destas propinas, e bolsas que não chegam sequer para pagar essa despesa (ver entrevista), "há pessoas que não têm condições para fazer determinadas formações."

Luís Reto, reitor do ISCTE-IUL, lembra que sempre houve mestrados mais caros, sobretudo dirigidos para quem já está a trabalhar. E garante que

os que são de continuidade em relação à licenciatura e são necessários para a profissão, como Engenharia Informática ou Psicologia Social, mantêm o valor das licenciaturas. Mas há exceções. "No caso de Gestão (€5500) há a concorrência de mestrados ainda mais caros", justifica.

Adriano Pimpão explica as reticências da Ordem dos Economistas: "O processo de Bolonha introduziu uma diminuição do tempo de ensino-aprendizagem mas não alterou os métodos de trabalho. Essa situação conduziu a um risco maior de desqualificação dos graus académicos, especialmente do 1º ciclo de estudos. Por isso, o mercado reagiu, exigindo mais formação certificada". E as "Ordens não alinharam nesta bagunça", acrescenta Fernando Santo, presidente do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Rendas, não quis comentar estas questões.

ISABEL LEITIA
leitia@expresso.impressa.pt

OFERTA E FINANCIAMENTO

1868

mestrados (2º ciclo) em funcionamento apenas em instituições de ensino superior públicas. O valor já supera em meio milhar o de licenciaturas e mestros integrados

986

euros é o valor máximo da propina na licenciatura, praticado na esmagadora maioria das instituições. Para os mestrados que não são indispensáveis para o exercício de uma profissão não há limite

30%

foi o valor da redução do peso do financiamento público do ensino superior em 10 anos: caiu de 96,5% em 1995 para 66,7% em 2006

ALGUNS CASOS

■ O ISCTE tem das propinas mais altas. O mestrado em Psicologia Social da Saúde custa €4900. Em Gestão de Recursos Humanos supera os €9000

■ Na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa os mestros em Economia, Finanças e Gestão custam €6600. Ferreira Machado, diretor, diz que as empresas precisam de diferentes formações. Mas as pessoas também sabem que o investimento é rapidamente recuperável. "Em média, um trabalhador com mestrado ganha mais 50% do que com a licenciatura"

■ Na Universidade do Porto, nos mestros que são condição para exercer uma atividade profissional completa, como nas áreas Direito ou Engenharia, as propinas são iguais à licenciatura, informa Ricardo Morgado, da Federação Académica do Porto



Os licenciados de Bolonha têm de fazer o mestrado para conseguir inscrever-se em algumas Ordens

Luísa Cerdeira Pró-reitora da Universidade de Lisboa

"Alunos mais pobres poderão não continuar os estudos"

□ As instituições estão a fixar propinas muito mais altas para os mestrados?

□ De uma maneira geral, as propinas no 2º ciclo são mais elevadas. Aquando da adoção do processo de Bolonha, muitas listas apontaram a existência de uma certa "agenda oculta" em relação ao financiamento do ensino superior, na medida em que a responsabilidade do Estado estava sobretudo centrada no grau de licenciatura e não nos cursos de pós-graduação. Assim, poderia haver uma transferência para os estudantes e suas famílias do encargo de financiamento da frequência dos 2º e 3º ciclos.

□ Esse valor está a condicionar

o acesso de alunos mais carenciados a formações que cobram propinas mais elevadas?

□ Nalgumas áreas científicas pode e já está a colocar questões de capacidade financeira dos estudantes. Se já se verificam casos de alunos de licenciaturas com dificuldade em pagar as propinas nos prazos fixados, não é difícil conceber que muitos estratos da população mais desfavorecida não terão oportunidade e condições de prosseguir os seus estudos para o mestrado. A situação vivida pelo país aponta para o empobrecimento de camadas da sociedade que até há pouco tinham condições para pagar os seus estudos. A conjugação da conjuntura económica e financeira do

país e a subida de propinas no 2º ciclo, em especial em algumas áreas científicas, pode acentuar o elitismo no acesso à pós-graduação.

□ As bolsas não são suficientes para limitar esse risco?

□ A diminuição do apoio social aos estudantes do 2º ciclo ocorreu em muitos países e é referenciada em diversos estudos. No caso de Portugal, apesar de o regulamento das bolsas abranger os alunos do 1º e 2º ciclos, a forma como é calculado o apoio não tem em conta o valor mais elevado das propinas nos 2º ciclos. O valor de referência é o valor máximo fixado para o 1º ciclo, o que quer dizer que os estu-

dantes de mestrado podem ter um encargo maior.

□ A atual crise orçamental vai obrigar as pessoas a pagarem mais pelos seus estudos?

□ A diminuição do financiamento público do ensino superior tem vindo a acontecer de forma significativa nos últimos 10/15 anos: representava 97% em 1995 e diminuiu para 67% em 2006, abaixo da média europeia (80%) e dos países da OCDE (73%). Assim, julgo que no nosso contexto não é razoável nem apropriado promover uma maior participação das famílias. Essa tendência agravaria a já forte elitização do nosso sistema de ensino superior.